



**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CAMPINAS: UMA
ANÁLISE SOBRE A ESTRUTURAÇÃO DA REDE DA MULHER
E AS CONTRADIÇÕES NO ESPAÇO URBANO**

VIOLENCE AGAINST WOMEN IN CAMPINAS: AN ANALYSIS ON WOMEN'S NETWORK
ASSEMBLAGE AND URBAN SPACE CONTRADICTIONS

Maria Júlia Buck Rossetto¹

Lucas Pinto Seixas²

RESUMO

O Presente artigo tem como objetivo discutir a manutenção da violência contra a mulher adulta por uma perspectiva de Geografia Feminista, com foco nas contradições apresentadas na materialização da infraestrutura pública de proteção a mulheres no espaço urbano em Campinas, São Paulo, Brasil. O trabalho analisa a estrutura existente da Rede da Mulher e a localização de seus equipamentos, contrapondo-os com os dados de notificação de violência produzidos pelo Sistema de Notificação de Violência em Campinas (SISNOV), se utilizando de gráficos e anamorfozes para produzir, interpretar e representar os resultados. Concluiu-se que o espaço urbano em Campinas reproduz desigualdades e violências de gênero estruturais, à medida que regiões periféricas de Campinas apresentam os maiores números de

1 É bacharela e licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestra em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Urbana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), atualmente é estudante de Pedagogia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Tem experiência na área de Geografia Feminista e Geografia de Gênero, além de ser uma grande entusiasta dos debates referentes à Educação e Geografia, inclusive no que se refere às iniciativas de Ensino Popular. Além disso, está como Professora de Geografia pelo Colégio Técnico de Limeira (COTIL). E-mail: majubr21@gmail.com

2 Bacharel e Mestrando (Bolsista FAPESP) em Geografia pelo Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi Visiting Student (BEPE-FAPESP) na School of Geography and Planning da Cardiff University (Wales, UK) entre 2022 e 2023, e é pesquisador no grupo Geotecnologias Aplicadas à Gestão do Território (GeoGet). É Pesquisador associado ao projeto Uso real versus uso formal da terra na Amazônia maranhense: avaliação das condicionantes para o desenvolvimento sustentável. É estudante de Licenciatura em Geografia pela Unicamp. Anteriormente, realizou uma Iniciação Científica pelo PIBIC (SAE, Unicamp) e duas pela FAPESP. Foi professor voluntário no curso preparatório para vestibular GAUSS - Atibaia/SP. E-mail: 1182668@dac.unicamp.br

notificação de violência e poucas infraestruturas e equipamentos da Rede da Mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher; Espaço Urbano; Anamorfoses; Campinas.

ABSTRACT

The current paper aims to discuss from a feminist geographical perspective the maintenance of violence against adult women in the city of Campinas, São Paulo, Brazil and focusing on the contradictions that public infrastructure materializes on urban space. Departing from this base, the article presents and analyzes the Women's Network in Campinas, confronting the existing infrastructure and its localization with Campinas Violence Notification System (SISNOV) data, using charts and anamorphoses. As a result, we argue that the urban space in Campinas reproduces gender structural inequalities and violence as peripheral and poor regions of the city show the biggest number of cases of violence and lack of Women's Network equipments.

KEYWORDS: Violence Against Women; Urban Space; Anamorphosis; Campinas.

INTRODUÇÃO

A abordagem dos estudos de gênero através da perspectiva geográfica constitui uma discussão que aos poucos se consolida através da amplitude crescente do movimento feminista, associada à crescente integração do conceito de gênero enquanto construção social. Permeando este olhar, é possível evidenciar o espaço como produção social da materialização de caráter político. Dessa forma, não é possível assumi-lo como neutro, nem objetivo, nem fixo. Encarar o espaço enquanto totalidade metodológica, integrada por elementos que se transformam permanentemente em sua pluralidade relacional (MASSEY, 2008), promove a construção de possibilidades e potencialidades de suas trajetórias constituintes, assumindo o protagonismo dos sujeitos.

Por meio da articulação dos pressupostos defendidos por Massey (2008), é possível inferir que enquanto sujeitos, estamos, inevitavelmente, construindo espaços. “Se o espaço deve, realmente, ser pensado relacionalmente, então ele não é mais do que a soma de nossas relações e interconexões e a ausência delas; ele também é, absolutamente, “concreto” (MASSEY, 2008: 260). Esta construção reside em coesões temporárias das articulações relacionais, estando inseridas em uma trama ilimitada de multiplicidade de trajetórias. Assumindo a interseccionalidade do processo, os caminhos constituintes das espacialidades possuem fraturas, conflitos, rupturas que demonstram a não aplicabilidade de um projeto único de política espacial, uma vez que a perspectiva totalizante das ações acaba por minar a pluralidade inerentes aos sujeitos que compõem o espaço e ativamente o constituem em múltiplas facetas.

Campinas, município do interior de São Paulo, reflete em sua lógica de formação e transformação contínua a partir da dimensionalidade múltipla das relações assimétricas que são historicamente estabelecidas entre os diferentes sujeitos. Sendo constituída discursivamente e simbolicamente, a formação territorial é imersa na hegemonia masculina a favor do capital. Deste modo, a violência é estrutural na organização urbana e por conta disso, conseqüentemente está presente em todos os elementos espaciais.

O processo de formação territorial (MORAES, 2011) de Campinas tem como marca a relação multicomplexa entre indústria e urbanização no Brasil em um contexto de estruturação das bases do modo de acumulação capitalista em suas formas e funções periféricas (QUIJANO, 2005), alterando as relações entre a sociedade e o território (LENCIONI, 2015). Especificamente em Campinas, a urbanização está vinculada ao

acúmulo de capital em poder de grandes proprietários de terra e exploradores de mão-de-obra escravizada e seu posterior investimento na produção industrial (CANO, 2007), processo que conforme Lencioni (2008), passa a garantir a materialização do comércio e dos serviços. Nota-se a já intrínseca relação entre a produção do espaço urbano campineiro com a manutenção de múltiplas violências estruturais.

“O discurso de liberdade do sistema capitalista é imposto através da expropriação, violência e morte daqueles que recebem marcadores sociais vinculados à manutenção de uma sociedade eurocêntrica, capitalista e patriarcal, que colocam os indivíduos em extrema vulnerabilidade no que diz respeito à própria existência e identidade” (ROSSETTO, 2021: 76). Fica o questionamento: quem são os que usufruem da libertação discursivamente posta pelo desenvolvimento do ideário do capital? Quais são os corpos permitidos a serem vividos e identificados em sua pluralidade? Quais são as narrativas aceitas e quais são os trajetos silenciados?

A fim de ampliar o conhecimento sobre a espacialização da violência contra a mulher em Campinas e representar tal realidade conforme a proposta de divisão do município em Macrorregiões, optou-se por elaborar anamorfoses, que podem ser brevemente definidas como uma representação fruto de procedimentos que estabelece sobre uma base cartográfica relações com base em tamanho que fogem às métricas convencionais (LEVY, 2003). De modo geral, as representações espaciais baseiam a variável tamanho em um valor em metros. Contudo, utilizando as anamorfoses, é possível, mantendo alguns critérios de forma, alterar essa base para outros critérios: no caso do presente trabalho, utilizou-se o número de notificações de violência contra a mulher em Campinas.

Dados do último boletim do Sistema de Notificação de Violência de Campinas (SISNOV), que faz notificações de maneira compulsória através de atendimentos realizados pela rede pública, principalmente nos setores da saúde e assistência social, registrou um aumento de quase 200% nas notificações de violência contra a mulher no município, sendo a violência física a maior porcentagem das ocorrências, com aproximadamente de 70% das notificações. Além disso, dados recentes informam que em Campinas, “o coeficiente de mortalidade por feminicídio foi de 3,2 por 100 mil mulheres em 2015, o que correspondeu à morte de uma em cada 31.250 mulheres no ano” (CAICEDO-ROA M. et al, 2019: 2).

Compreendendo a violência enquanto relacional, é possível conceber a construção da dialética entre dominação e inferioridade. Os pilares constituidores das

relações mantenedoras da sociedade estão inseridos em bases que centralizam o masculino, trazendo o feminino à margem, exposto à exploração e violação. Enquanto um sistema dinâmico de opressão, as vantagens subjetivas e materiais são concedidas à vivência e ao sujeito masculino. A violência é, portanto, multifacetada. Sendo um produto de um processo social e político, a multidimensionalidade dos fenômenos sociais inerentes à uma dinâmica violenta é extremamente complexa. Neste sentido, é necessário afirmar que, assim como uma geograficidade, a violência também possui uma dimensão social, uma econômica, e também possui uma temporalidade e uma historicidade, sendo interseccional em seu desenvolvimento e sentido para distintos sujeitos.

Por meio deste breve estudo acerca da violência contra a mulher em Campinas, retoma-se a referência à Franco (2017, pp. 90-91), ao pontuar que em tempos de desmontes de políticas públicas, especialmente no que diz respeito às mulheres, “é extremamente necessário construir uma pesquisa com base nessa complexidade das condições objetiva e subjetiva, com elementos que impactam a disputa ideológica, as narrativas e a institucionalização do poder dos discursos dominantes, tratando-se de um exercício fundamental para entender e atuar no contemporâneo”. É necessário romper com os contínuos silenciamentos produzidos por um discurso hegemônico que historicamente age na manutenção de privilégios.

Ao evidenciar a multiplicidade da violência, abre-se possibilidades de narrativas plurais, centradas no protagonismo relacional e interseccional das relações espaciais, de maneira a compor miradas geográficas que proporcionam leituras que potencializam a existência de vozes que rompem com a falsa neutralidade espacial. Nesses termos, o artigo pretende expor os modos como se estrutura a manutenção da violência contra a mulher em Campinas - SP (i), apresentar o sistema de notificações utilizado pelo poder local em Campinas e explorar suas contradições (ii), trazendo gráficos para subsidiar as discussões e enunciar as representações espaciais (anamorfoses), escrutinando padrões espaciais dos casos de violência, compondo uma análise geográfica do tema.

ESTRUTURAS DO SILÊNCIO: A MANUTENÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CAMPINAS - SP

Através do posicionamento relacional de política espacial, trazendo à tona a necessidade de uma análise interseccional dos sujeitos e das suas decorrentes relações, é possível assumir a ocorrência de múltiplas violências, atreladas ao simbolismo e às próprias concepções espaciais advindas de distintos corpos. Neste sentido, as características espaciais formam as possibilidades de ação dos sujeitos, ampliando ou limitando as interações sociais e a construção de identidades coletivas através do domínio e resistência dos sujeitos.

No que diz respeito às perspectivas vinculadas às relações de gênero, é possível notar a apropriação excludente (VARGAS, 2008) dos corpos perante suas identidades, multidimensionalidades relacionais e consequentemente, espacialidades. Reafirmando Calió (1991: 105), “o ‘usufruir e sentir a cidade’, enquanto cidadão, está diretamente ligado ao seu papel social.” E como a cidade manifesta, sob a forma de segregação, as relações sociais interseccionais evidenciam uma apropriação excludente (VARGAS, 2008) das vivências espaciais por parte das mulheres. Neste sentido, a economia que pretende incluir o feminino como termo subordinado em uma oposição binária de masculino/feminino exclui o feminino, o produz para ser excluído (BUTLER, 2019).

Neste sentido, conforme afirma Massey (1984), a organização espacial pode ser encarada enquanto sexista, funcionando como um elemento da ordenação e manutenção das desigualdades das relações de gênero. Os padrões de uso e ocupação da terra, vinculados à contínua separação entre áreas residenciais, espaços produtivos e a reprodução silenciosa do trabalho, além da qualidade dos sistemas de mobilidade urbana, prejudicam a vivência das mulheres enquanto cidadãs. A concepção de cidade, segundo esses e outros trabalhos feministas, reforça os papéis dos marcadores sociais que perpassam os sujeitos e constitui uma barreira para a superação das desigualdades de gênero. O desenvolvimento urbano se baseia em ideias do que são as experiências de feminilidade e masculinidade, em uma eterna construção de disputas entre os discursos (BONDI, 1992).

O presente estudo foca sua análise no caso de Campinas, que possui uma formação territorial que acompanha as tendências da urbanização brasileira, cujo processo expõe o peso dos impulsos modernizantes para a dinâmica urbana dos mais pobres, uma vez que a defesa de um espaço mais justo esbarra nas lógicas de uma

cidade corporativa e fragmentada. Logo, o tempo das mulheres na cidade é afetado diretamente a partir de seus marcadores sociais individuais, bem como de suas dinâmicas coletivas, mas principalmente, por conta das estruturas e materialidades que tecem aos trajetos urbanos e propõem relações espaciais entre as localidades. Neste momento, é válido ressaltar o que diz Calió (1991),

A cidade está proibida para as mulheres. Afirmar essa tomada de consciência sobre territorialidade feminina, não significa ignorar ou desconsiderar que muitos homens também não têm acesso livre à toda a cidade. Sabemos que a cidade capitalista, com suas normas de 'bem-estar-comum', se diz no lugar de todos. Na verdade, a cidade segrega, hierarquiza e determina espacialmente o acesso de cada cidadão. (CALIÓ, 1991: 108).

Segundo Czytajlo (2020), o processo de constituição de serviços de atendimento ao público feminino vinculado à ótica do Estado, reflete uma localização de equipamentos e serviços públicos concentrados em áreas centrais, o que favorece a acessibilidade de uma parcela significativa da população. Contudo, as regiões mais afastadas assistem a um processo de acumulação de desvantagens, e neste sentido, é necessário pontuar que estas desigualdades perpassam as esferas econômicas, materiais e, necessariamente, de gênero. De encontro com a defesa de Calió (1991),

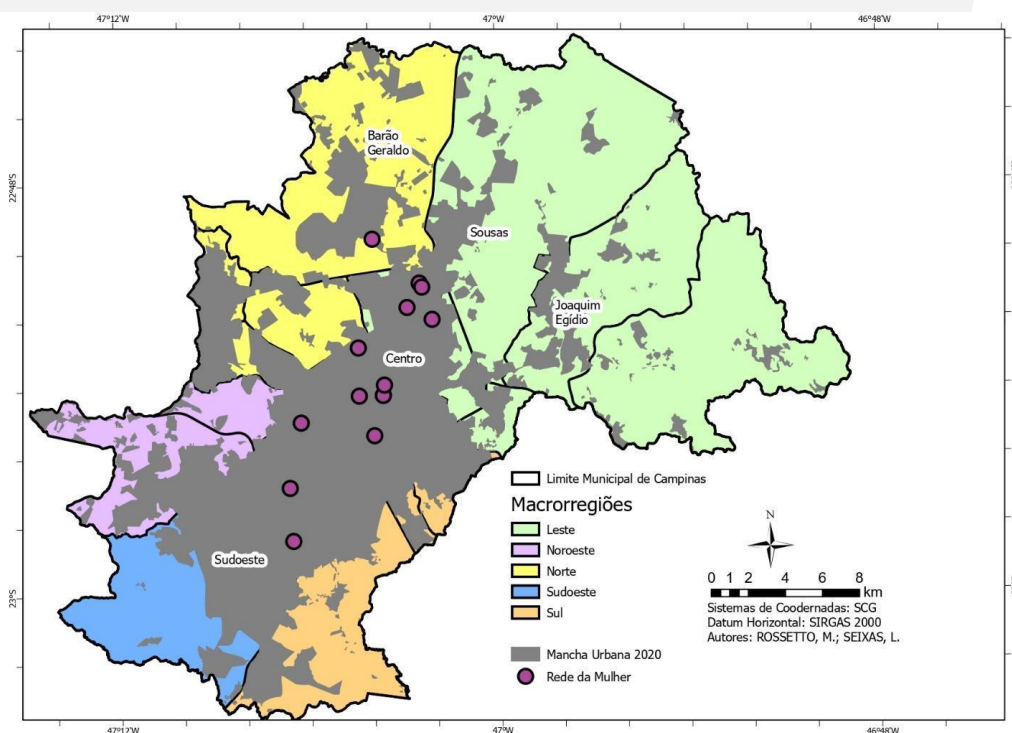
O Estado se recusa a assegurar parte das tarefas cotidianas que são sociais e não femininas. Impõe a divisão dos sexos, camuflada pela separação dos papéis com base no 'natural' e na moral dita 'universal', penalizando o cotidiano das mulheres. E quanto mais os equipamentos sociais coletivos são deficientes, mais difícil fica a administrar a vida familiar. Além do que, as mulheres estão afastadas tanto da concepção quanto da produção de grande parte deles. (CALIÓ, 1991: 106).

É necessário estabelecer que o constituinte das organizações econômicas e sociais da cidade evidencia a distinção entre os gêneros no que diz respeito às funções associadas a cada um dos binarismos historicamente construídos. Segundo Biroli (2018), o trabalho doméstico, vinculado ao cuidado, na persistência da perspectiva do afeto (FEDERICI, 2017), constituem círculos de vulnerabilidade que mantêm as mulheres em desvantagem nas múltiplas dimensões históricas e espaciais. No que diz respeito à violência contra a mulher, a contradição está posta em uma série de iniciativas discursivamente baseadas na universalidade do acesso, mas que na concretização entre as relações das esferas de formação do sujeito social, abrem

possibilidades para a incapacidade de proteção, bem como para a seletividade daquelas que serão plenamente atendidas pelas ações do Estado.

De maneira simplificada, os caminhos propostos no atendimento público às mulheres em situação de violência em Campinas compõem o chamado “Fluxo de Atendimento” para que os encaminhamentos feitos pela rede sejam, em teoria, coerentes. Neste fluxo, estão inseridos locais que correspondem a organização da Rede da Mulher, que são eles: CEAMO (Centro de Referência e Apoio a Mulher); Conselho Tutelar; Guarda Municipal de Campinas (que desde 2016 possui o projeto “Guarda amigo da mulher”, que objetiva monitorar o cumprimento das medidas protetivas concedidas, acolher, orientar e encaminhar mulheres para os serviços da Rede da Mulher, sendo acionado pelo número 153); SOS Ação Mulher e Família; CREAS (Centro de Referência Especializado na Assistência Social) das macrorregiões de Campinas; Defensoria Pública do Estado de São Paulo; CAISM –UNICAMP (Centro Integral à Saúde da Mulher); Comissão da Mulher Advogada – OAB Campinas; Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Comarca de Campinas; e Delegacias de Defesa da Mulher (no município, são dois estabelecimentos). As respectivas localizações podem ser visualizadas através do mapeamento presente na Figura 1.

Figura 1: Localização dos equipamentos públicos da Rede da mulher por macrorregião de Campinas



Através da observação do mapeamento das localidades da Rede da Mulher em Campinas, é possível notar uma concentração bem demarcada entre as centralidades das macrorregiões Leste e Sul. A porção Centro – Norte do município, aqui representada essencialmente pela concentração presente na macrorregião Leste, historicamente vincula-se à lógica de interesse do capital, de acordo com o avanço da mancha urbana intrínseca à constante especulação imobiliária e (re)valorização fundiária das áreas centrais de Campinas.

Mesmo com certa amplitude dos atores atuantes na manutenção da Rede da Mulher no município, é extremamente válido ressaltar a pouquíssima disponibilidade de equipamentos públicos de atendimento ao público feminino em Campinas. Em um município que possui mais de 500 mil mulheres, divididas em suas grandes macrorregiões, a presença de apenas 14 equipamentos centrais na composição da Rede da Mulher é no mínimo dramático. Atrelada à dificuldade no acesso, representada pela inconstância nos transportes, bem como na divulgação da informação acerca da funcionalidade da rede, a fragmentação das localidades reproduz a lógica da urbanização de Campinas, que privilegia a reprodução do capital na esfera pública em detrimento à garantia de direitos que, para além de femininos, são imprescindíveis para a garantia da vivência e da cidadania como um todo.

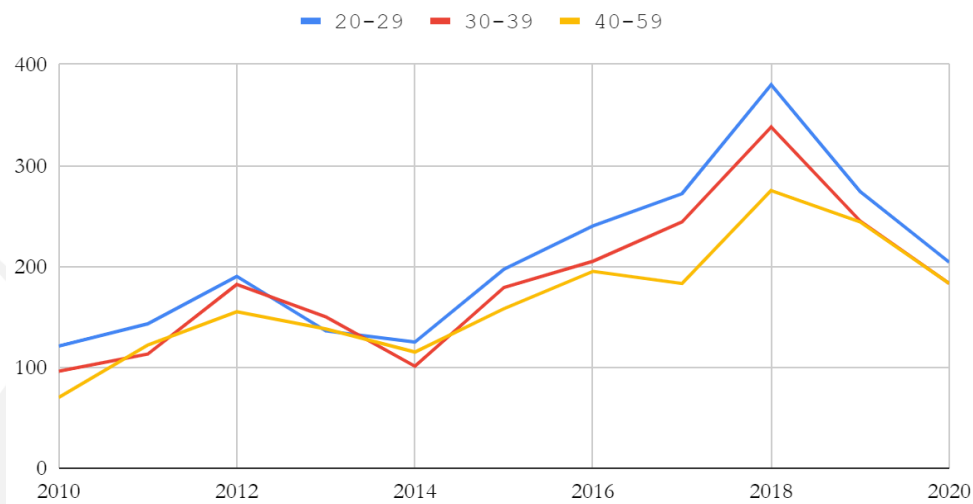
Referenciadas através das relações entre os equipamentos públicos e a situação das mulheres em Campinas, as notificações de violência do SISNOV são elementos chave na compreensão da interseccionalidade das mulheres vítimas das dinâmicas violentas no município, bem como a compreensão da intersetorialidade correspondente aos fluxos de atendimento em Campinas, fomentando as discussões referentes à permanência, circulação, vivência e identidades urbanas femininas no município.

O Sistema de Notificação de Violência em Campinas e o paradoxo da urbanização

A ocorrência da violência contra a mulher em Campinas pode ser compreendida através da análise da multiplicidade do fenômeno em consonância à organização do urbano, bem como das ações e materializações dos fluxos inerentes à presença dos equipamentos públicos de atendimento ao público feminino no município. Compulsoriamente, as coletas dos dados realizados pelo SISNOV apresentam dados que demonstram, além do significativo aumento no número de notificações de

violência, padrões interessantes no que se refere às mulheres adultas vítimas de violência, conforme é possível observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 : Progressão temporal das notificações de violência por faixa etária de mulheres adultas em Campinas - SP



Fonte: Dados coletados no Boletim SISNOV (nº 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

De acordo com Saffioti (2001, s/p) “embora a violência de gênero ocorra a partir de situações complexas, em que vários fenômenos intervêm, estes nem são da mesma natureza nem apresentam a mesma capacidade de determinação, mas denotam a supremacia da masculinidade”. Portanto, a violência de gênero não deve ser encarada enquanto um fenômeno único, uma vez que apesar das semelhanças no que diz respeito à algumas ações violentas, ela não ocorre da mesma forma em distintos contextos, havendo singularidades inerentes aos sujeitos envolvidos. “Apesar da presença comum do fator predominante – a desigualdade de poder nas relações de gênero - cada situação tem uma dinâmica própria, relacionada com os contextos específicos e as histórias de vida de seus protagonistas.” (ARAÚJO, 2008).

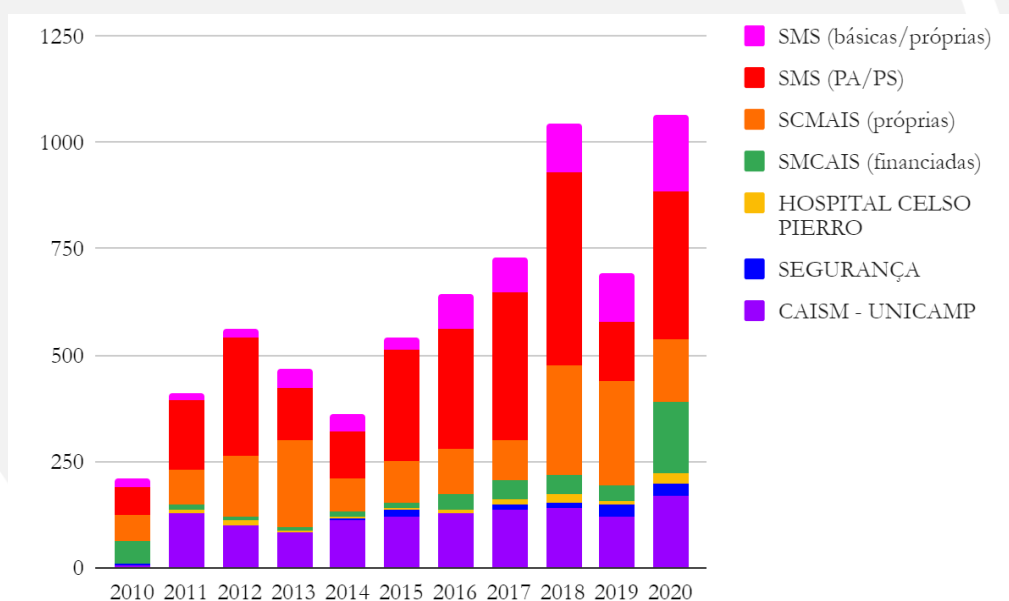
Ao realizar a leitura do Gráfico 1, observa-se o aumento no número de notificações de violência contra a mulher adulta em Campinas em todas as faixas etárias indicadas. Além disso, mulheres mais jovens, entre 20 e 29 anos, representam o grupo de maior incidência de episódios violentos, compulsoriamente coletados pelo SISNOV no intervalo de 10 anos.

Sendo a temporalidade espacial, o espaço assume a característica biográfica, trazendo consigo os simbolismos históricos, sociais e culturais dos sujeitos e de suas

identidades coletivas e marcadores sociais através dos discursos e dos embates de poder. Então, é possível assumir que o corpo pode ser o depositário da história das mulheres. Violentá-lo de qualquer forma, significa o subjugamento e o silenciamento feminino no histórico de desenvolvimento das espacialidades e compreensões coletivas acerca do espaço, especialmente quando a variável etária é somada à compreensão das diferentes dimensões femininas.

Somado a isso, observando os dados da perspectiva interseccional, a relação das informações compulsórias de violência em Campinas, associadas aos principais locais de notificação, evidenciam a desigualdade no que diz respeito ao acesso aos equipamentos públicos de atendimento à população, bem como da fragmentação, e consequente problemática, da estruturação da Rede da Mulher no município, como nota-se na leitura do Gráfico 2.

Gráfico 2: Principais pontos de notificações de violência contra a mulher adulta segundo ano do SISNOV



Fonte: Dados coletados no Boletim SISNOV (nº 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

Para realizar a leitura do Gráfico 2, é necessário compreender a quais serviços cada uma das localidades mencionadas se relaciona. De início, temos os Serviços Municipais de Saúde (os chamados SMS), que envolvem os serviços públicos básicos, divididos entre as grandes cinco macrorregiões de Campinas (também conhecidas enquanto Distritos de Saúde), compostos principalmente pelas Unidades Básicas de Saúde (UBS), abrangendo a Atenção Básica e de Média e Alta Complexidade.

Além disso, encontram-se os serviços da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Inclusão (os SMCAIS), que conta com a transversalidade de políticas voltadas às mulheres, à diversidade sexual, à juventude, à prevenção de drogas e à igualdade racial, comandadas pela organização dos equipamentos do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e do CRAS (Centro de Assistência Social). No primeiro caso, encontram-se locais públicos voltados ao atendimento de indivíduos que estejam em situação de risco social, ou tiveram seus direitos violados de alguma forma; em Campinas são 5 CREAS, um para cada macrorregião. Já os CRAS, espalhados em 12 bases no decorrer do município, representam “a porta de entrada” para serviços da Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência dos sujeitos com seus círculos de relações mais próximas, bem como com a comunidade no geral.

Já o local que mais chama a atenção por sua expressiva quantidade de notificações de violência contra mulheres adultas em Campinas é o CAISM – UNICAMP (Centro Integral à Saúde da Mulher), equipamento público de extrema relevância tanto para a centralidade do atendimento das demandas femininas no setor da saúde, como um grande articulador na existência da Rede da Mulher no município. Além deste ponto, outra localidade que aparece timidamente entre os pontos de notificação principais em Campinas, associa-se ao setor de Segurança, compreendido majoritariamente na presença das Delegacias, especializadas no acolhimento às mulheres ou não.

Neste gráfico reside uma verificação interessante: nota-se que a maior parte das notificações de violência contra a mulher adulta se atrela à lógica do cuidado e de uma extensão do trabalho doméstico realizado majoritariamente pela população feminina, e na negação dos equipamentos voltados à segurança, e conseqüentemente, à polícia. De pronto associa-se este segundo movimento ao fato de que o policiamento reproduz em sua dinâmica a persistência de movimentos machistas e racistas, uma vez que estabelece a perseguição aos sujeitos classificados à margem da sociedade, por terem facetas identitárias que são lidas de maneira pejorativa e violenta.

Em somatória, a presença massiva de notificações vinculadas aos serviços de saúde, revela a permanência do cuidado para além do paradoxo entre a organização das relações nas esferas pública e privada, as quais incidem diretamente na dinâmica feminina em Campinas. Inseridas na reprodução doméstica, as mulheres estão

inerentes às responsabilidades do cuidado, principalmente dos filhos e outros menores que podem estar sob seus olhares. Não à toa são estes locais que representam a maior chegada de vítimas de violência, mulheres que majoritariamente vivenciam situações de agressões físicas, psicológicas e sexuais.

Ora, mas então qual seria eficácia do estabelecimento da Rede da Mulher em Campinas, se, através de uma breve leitura dos dados coletados pelo SISNOV é possível notar que, com exceção do CAISM – UNICAMP e das poucas notificações relacionadas à Segurança, nenhum outro equipamento público que compõe a centralidade da rede está presente nos principais locais de denúncia de violência contra a mulher no município? Quais são as estruturas pretéritas associadas a esta realidade? Quais são os motores propulsores desta desigualdade? Quais são os indícios que levam a uma explicação deste padrão de notificações de violência em Campinas? Questionamentos estes que podem ser vinculados ao posicionamento de Kleba e Wendausen (2009) ao afirmarem que,

É no território que se materializam as desigualdades e, por ser considerado dinâmico, possui um desenvolvimento próprio que evidencia as disparidades entre os conflitos sociais e espaciais que abriga, assim como as consequências que se espalham pela cidade. A forma como os sujeitos fazem suas escolhas tem estreita relação com a capacidade de participação, mas também com a distribuição do poder nesses espaços. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009: 737).

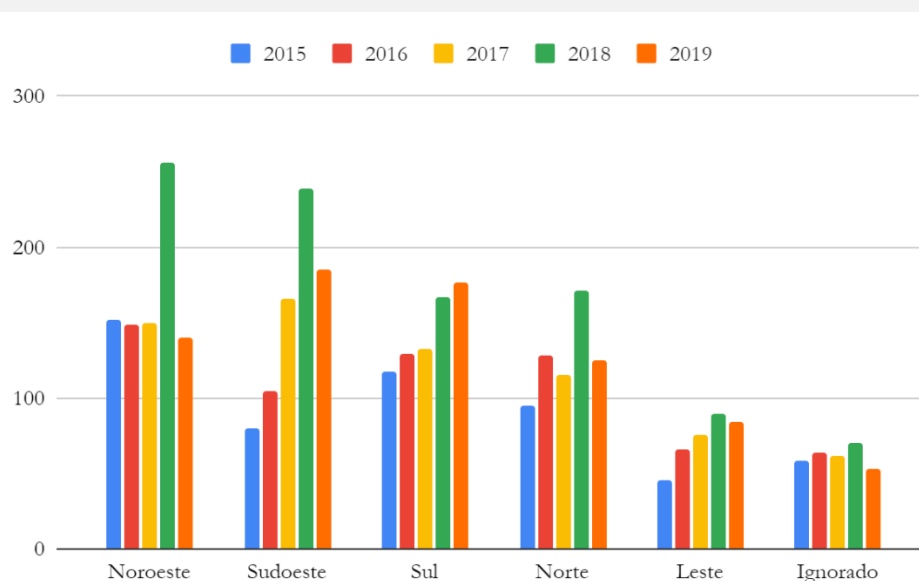
A hierarquia das identidades espaciais, pautadas nas assimetrias de poder, determina o padrão base para que o espaço efetivamente seja produzido, de acordo com a otimização do capital perante sua racionalização, em detrimento às existências diversas e pautas de constituição das espacialidades que revelam sua potencialidade plural. Percebe-se que as mulheres estão vinculadas ao projeto de cidade que articula o capital em negação às demandas sociais, que muito além de femininas, são essenciais para a garantia da cidadania.

Além disso, ao voltar a atenção aos fluxos possíveis realizados pelas mulheres em Campinas, nota-se que há uma discrepância no que se volta ao número de notificações de violência por macrorregião com relação à presença (ou inexistência) de equipamentos públicos formalizados enquanto centralidades de atendimento e acolhimento de vítimas de violência pela Rede da Mulher. Esta realidade abre horizontes para a compreensão de que transporte e mobilidade são exemplos significativos, quando se pretende diagnosticar as condições de vida das mulheres na cidade. “O processo de urbanização atual, que especializa e pulveriza as várias funções urbanas em espaços estritamente residenciais, ou comerciais, ou industriais e cria

periferias extensas, com pouca infraestrutura, veio multiplicar e diversificar os deslocamentos das mulheres” (CALIÓ, 1991: 117). Contudo, a persistência da lógica do cuidado no que diz respeito às motivações propulsoras dos deslocamentos femininos em Campinas age de acordo com a maior procura por atendimento nos serviços de saúde, uma vez que as mulheres estão vinculadas a responsabilidades inerentes ao afeto e ao trabalho não pago do cuidado e da reprodução social.

Ao voltar o olhar às regiões de residência das mulheres violentadas, observa-se um padrão interessante. Em consonância com o desenvolvimento urbano, a desigualdade espacial constitui-se através das múltiplas opressões e embates estabelecidos por meio das relações de poder, evidenciando as estruturas de dominação histórica e espacialmente construídas nas espacialidades urbanas de Campinas, conforme é possível assimilar por meio dos dados referentes às principais regiões de moradia de mulheres violentadas, representados no Gráfico 3.

Gráfico 3: Macrorregiões de moradia das mulheres adultas vítimas de violência em Campinas - SP



Fonte: Dados coletados no Boletim SISNOV (nº 10, 11, 12, 13, 14 e 15). Confeção e adaptação próprias.

Nos últimos cinco anos, a totalização das denúncias compulsórias de violência contra a mulher evidencia a espacialidade das ocorrências no município de Campinas. A macrorregião Noroeste lidera os maiores índices de denúncia em praticamente todos os anos analisados. Em seguimento, apresentam-se as macrorregiões Sudoeste e Sul. Levando em consideração o processo de concentração de capital, e conseqüentemente, do interesse do Estado em articular determinados pontos do território à lógica de reprodução do capital, as macrorregiões localizadas na porção Centro-Sul do

município são diretamente afetadas pela organização de um planejamento que as coloca em situação de marginalização e precariedade com relação aos circuitos de articulação e funcionamento e outras porções do urbano.

A análise deste gráfico fornece a orientação necessária para a compilação final dos dados expostos anteriormente, uma vez que, para além de toda a complexidade da pluralidade interseccional das mulheres habitantes de Campinas, reconhecer quais são as localidades principais das residências das vítimas de violência no município vai de encontro à problemática da não neutralidade da constituição espacial, de forma a reconhecer que o espaço é relacional a partir do momento em que amplia as vivências e a maneira de se encarar e ser encarado socioespacialmente por uma sociedade centrada no machismo, classismo e racismo atrelados às vivências femininas.

Através de todo o apanhado dos dados expostos no decorrer desta escrita, somam-se bases para que se construa uma discussão voltada à compreensão da dinâmica da violência contra a mulher adulta em Campinas, de forma a ampliar a discussão acerca das estruturas, interesses e assimetrias que, organizadas e relacionadas entre si, ampliam as possibilidades de maximização da precariedade (BUTLER, 2014) ao público feminino, a depender das facetas interseccionais que marcam os corpos, em distintas localidades do município.

A partir disso, a reflexão proposta no decorrer deste artigo soma trajetórias e traça perspectivas por meio de uma produção que lança mão das anamorfoses enquanto instrumentos potentes de compreensão das desigualdades inerentes à reprodução urbana em Campinas, abrindo espaço para as multiplicidades pertencentes às identidades femininas em suas constantes relações com a violência.

REPRESENTANDO DISTORÇÕES E DISTORCENDO REPRESENTAÇÕES

O tópico presente se dispõe a apresentar e discutir sobre a violência contra a mulher em Campinas com base, para além dos já apresentados pressupostos teóricos e metodológicos, categorias e conceitos, por meio de duas anamorfoses. A primeira traz em termos absolutos o número de notificações de violência contra mulheres adultas em Campinas por macrorregião e a segunda apresenta em termos relativos com relação ao número de equipamentos componentes da Rede da Mulher.

Utiliza-se no presente artigo a definição de anamorfose (ou Transformações Cartográficas de Posição) como um conjunto de métodos de representação que revelam estruturas não visíveis ao olho por meio de alterações nos limites mapeados,

estabelecendo sobre uma base cartográfica relações métricas diferentes das euclidianas, possibilitando a revelação processos espaciais para além da localização absoluta (LEVY, 2003; CAUVIN et al, 2008; ALMEIDA, 2019).

As anamorfoses ainda alteram dinâmicas de mapeamento tendo em vista a leitura de Kitchin e Dodge (2007) e Crampton (2006), que rompe com os papéis consolidados de mapeador e leitor, dando mais importância às (re)leituras do mapa ou das representações e considerando-as como próprio processo de mapeamento. Nesse caso, o argumento é que a partir do foco em relações espaciais mais relativas ou relacionais, a anamorfose permite a quem interpreta o mapa (e, portanto, mapeia), o estabelecimento de correlações mais complexas e menos visíveis em outras perspectivas de representação. Neste sentido, enquanto produto essencial para o prosseguimento desta discussão, são apresentadas anamorfoses, elementos fundamentais para o dimensionamento das assimetrias presentes nas relações socioespaciais dispostas pelo município de Campinas.

De início, assume-se que a cidade possui persistentes fraturas em sua organização social, o gênero é uma delas. Ao aprofundar a lógica da dominação, a violência contra a mulher aparece enquanto constante não somente nas relações entre os sujeitos, mas como o pilar formador das identidades urbanas em relação às práticas e ações coletivas, e por parte dos instrumentos de controle em representação dos interesses do Estado. A partir disso, soma-se a representação presente na Figura 2.

Figura 2: Anamorfose das notificações de violência contra mulheres adultas por macrorregião de Campinas- SP



Fonte: Dados dos Boletins SISNOV (no6, 7, 8,9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15).

Na Figura 2 estão relacionados os elementos percentuais referentes à quantidade de habitantes mulheres por macrorregião de Campinas em e o número de notificações de violência coletadas pelo SISNOV de acordo com esta mesma escala de análise. Aqui, nota-se o padrão de concentração do fenômeno vinculado à porção Centro-Sul do município, indo de encontro ao processo de desenvolvimento urbano em consonância com a reprodução do capital atrelada à divisão espacial com o propósito de mercadologização das relações.

Considerando que “o norte conta com as maiores rendas e o sul com as menores, evidenciado pelos dados que comprovam que Macrorregião Norte campineira possui menos de 25% de sua população residente em favelas, ocupações e loteamentos clandestinos, enquanto a Macrorregião Sul possui os outros 75% da população de baixa renda” (MOYSÉS; RIZZATTI, 2017), a permanência da maior proporcionalidade de mulheres violentadas na porção de Campinas que historicamente conta com o olhar marginalizador de um Estado capitalista e homogêneo, é possível somar que a distinção de classe aparece como um vetor importante para a compreensão da violência contra a mulher.

Neste sentido, é imprescindível retomar o fato de que, a articulação da Rede da Mulher, mas principalmente, dos serviços públicos de assistência social e saúde,

constituem as principais localidades de notificações de violência através do SISNOV. Neste caso, as principais atendidas por programas sociais, especialmente aqueles voltados à manutenção do bem estar familiar, são as mulheres, especificamente as de menor rendimento. Sendo reflexo da divisão espacial, a distinção entre violências e procuras por serviços públicos por parte das mulheres sem Campinas, demonstra a desigualdade de classe no que se refere à demanda por serviços públicos nas macrorregiões, evidenciando a existência desta correlação especialmente na porção Centro-Sul do município.

Além disso, na porção Norte, a baixa relação entre mulheres violentadas e habitantes reflete a baixa notificação das mesmas por parte do sistema de coletadas vinculado ao SISNOV, uma vez que para a obtenção de dados é necessário o vínculo com os pontos de atendimentos do setor público, sejam eles da Rede da Mulher ou não. No caso das mulheres com maiores rendimentos, concentradas especialmente nas macrorregiões Norte e Leste de Campinas, para além da complexa percepção das dinâmicas violentas, a depender das condições infraestruturais e de alcance de poder delimitadas pela intersecção de classe, a busca por serviços públicos é consideravelmente menor, uma vez que o acesso à iniciativa privada se faz com mais constância. Além disso, a permanência do status, em um ciclo de dependência que muito além da financeira, pode se representar por exemplo, na figura dos filhos, por exemplo, estreita os laços da violência entre as mulheres e seus possíveis agressores, por vezes, como visto anteriormente, representados nas figuras de companheiros, pais e outros familiares.

A geograficidade da violência contra a mulher em Campinas, portanto, insere-se nas distintas percepções, constituições e usufrutos do espaço urbano, a depender dos marcadores sociais vinculados aos sujeitos. Viver, trabalhar, ter lazer, se locomover e se sentir representado na cidade fazem parte de uma multiplicidade de relações histórico-espaciais que são demarcadas em um espaço biográfico, constituído por diferentes corpos, inseridos em uma complexidade infinita de relações, mediadas pelas esferas materiais, simbólicas e legislativas (CZYTAJLO, 2020).

Em seguimento com a proposta das anamorfozes calcada na necessidade de relacionar mais grandezas que auxiliem na compreensão da violência contra a mulher em Campinas, estão dispostas na Figura 3 variáveis que relacionam o simbolismo da urbanização em contradição (ou associação, a depender de quem e para quem o

discurso acerca das iniciativas do Estado) com a dispersão dos índices de violência contra a mulher coletados nos últimos anos.

Figura 3: Anamorfose da relação entre notificações de violência e presença de equipamentos da Rede da Mulher por macrorregião de Campinas



Fonte: Dados dos Boletins SISNOV (no6, 7, 8,9, 10l 11, 12, 13, 14 e 15) em somatória das localidades da Rede da Mulher de Campinas.

A análise da Figura 3 amplia a discussão acerca das condições materiais e simbólicas de permanência da violência contra a mulher em Campinas. De acordo com a relação entre duas grandezas, o número de notificações coletadas pelo SISNOV por macrorregião do município, em somatória com a disponibilidade de equipamentos públicos da Rede da Mulher revela a dinâmica da realidade de Campinas no que se refere ao atendimento e articulação do urbano no que se refere à manutenção da opressão contra o público feminino. De pronto, o que chama a atenção é o fato de que a macrorregião Noroeste não aparece nesta representação. O motivo é simples, ao mesmo tempo alarmante: a região que mais apresenta notificações de violência contra a mulher não possui nenhum equipamento da Rede da Mulher disponível para o atendimento das vítimas.

Em seguimento, a porção Centro-Sul do município escapa à “lógica”. Por mais violenta que seja a relação entre equipamentos e vítimas na macrorregião Noroeste, as

macrorregiões Sudoeste e especialmente, Sul, apresentam relações mais “eficientes” no atendimento às mulheres. Apesar dos altos índices de notificações pelo SISNOV, a disponibilidade da Rede da Mulher é mais presente nestas localidades, de forma a ampliar o acesso e minimizar as problemáticas de um deslocamento forçado das mulheres em situação de violência.

Ao evidenciar a desigualdade das relações inerentes às constituições espaciais, a assimetria no que diz respeito ao gênero se concretiza em distintas dinâmicas, mesmo que a situação de classe coloque as mulheres em uma estruturação de maior “privilegio”. Assim, “o desafio da negociação do lugar é, de forma chocante, desigual. E a política, a economia e as culturas de espaço - através da fuga dos brancos, através de comunidades muradas, através das geografias das relações de mercado polarizadoras de classes - são usadas ativamente na produção dessa desigualdade.” (MASSEY, 2008: 239). Logo, nota-se que o modelo urbano de Campinas é pensado e materializado em uma integração social que exclui parcela significativa da população, especialmente no que se refere à interseccionalidade dos corpos com relação a renda, raça e gênero, por exemplo. Reafirmando Massey (2008:151), “a trama ilimitada de uma multiplicidade de trajetórias (elas mesmas, desse modo, em transformação), as fraturas concomitantes, as rupturas e as separações estruturais são o que fazem do urbano, afinal, tão inacessível como um projeto único e totalizador.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sujeito feminino aparece duplamente atacado por uma política estatal que não reconhece suas diferenças de gênero nem de uso diferenciado do espaço, e pela violência exercida mais insistentemente no interior de seus locais. Além disso, as mulheres que habitam as zonas mais empobrecidas, marginalizadas à lógica da reprodução do capital em Campinas-SP, enfrentam uma violência em dobro, uma vez que estão inseridas em situações de desigualdade em relação ao funcionamento e organização urbanos. Neste sentido, é urgente que a perspectiva geográfica volte seu olhar às constituições espaciais, de vulnerabilidade e resistência, que são inerentes ao desenvolvimento da constante luta em busca das existências e ruptura das desigualdades e violências, especialmente no caso deste estudo, no que se refere ao gênero.

O espaço, portanto, assume sua constituição na interação social e na construção de identidades coletivas, formando (mantendo e transformando) as possibilidades de ações (em dimensões físicas, sociais e simbólicas), as características espaciais (VARGAS, 2008). Subvertendo o discurso hegemônico no que diz respeito à concepção espacial, o eterno processo de devir de construção do espaço, bem como das relações e das identidades dos sujeitos, evidencia que vivência de uma realidade social e urbana protagonizada por corpos que resistem à lógica de dominação, como é o caso do corpo feminino, desestabiliza o discurso construído. Assim, “a urbanização e a qualidade urbana dependem de elementos de cotidianidade, e, os usos e percepções do espaço público estão associados às relações de gênero (por exemplo)” (PRZYBYSZ, 2016: 175). Dessa forma, é possível retomar a proposta de Tavares (2015) ao apontar que o espaço é multiplicidade coexistiva de relações em suas mais distintas dimensões.

Após o olhar à literatura e o desenvolvimento das etapas mencionadas ao longo do texto, foi possível identificar em Campinas a reprodução de múltiplas violências e desigualdades sócio-espaciais, que relacionam variáveis como gênero e classe (e raça, relação que, contudo, não foi possível debruçar no presente artigo). Os gráficos e as anamorfoses produzidas permitiram a interpretação de processos espaciais que revelam contradições entre a estruturação pública da Rede da Mulher e a espacialização da violência contra a mulher em Campinas, que condena regiões periféricas do município e se concentra nas Macrorregiões com maior renda *per capita*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. **Proposta de Cartografia Queer a partir do mapeamento da violência aos corpos dissidentes das normas sexuais e de gênero em São Paulo**. Dissertação. Mestrado em Geografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2019. 273.p.

ARAÚJO, M. Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação. **Psicologia Para América Latina**, n.14, 2008.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONDI L. Gender symbols and urban landscapes. **Progress in Human Geography**. 16(2), 157-170, 1992.

BUTLER, J. Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. In: **XV Simposio Internacional de la Asociación Internacional de Filósofas**: Filosofía,

Conocimiento y Prácticas feministas, Conferencia Inaugural, Alcalá de Henares. 2014. p. 24-27.

_____. **Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"**. Tradução de Veronica Daminelli, Daniel Yago Françoli. São Paulo, SP: n-1 edições: Crocodilo Edições, 2019. 399 p.

CAICEDO-ROA, M. et al. Femicídios na cidade de Campinas, São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**. v.35, n.6, 2019.

CALIÓ, S. **Relações de Gênero na Cidade: uma contribuição do pensamento feminista à Geografia Urbana**. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991. 194p.

CAUVIN, C. *et al.* **Cartographie Thématique 4**. Paris: Lavoisier. 2008.

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. São Paulo: Editora UNESP. 3. ed. 2007.

CRAMPTON, J. Maps as social constructions: power, communication, and visualization. **Progress in Human geography**. v.25.n.4. p. 235-252. 2001.

CZYTAJLO, N. Género, ciudad y violencia(s). Territorialidades y cartografías emergentes. **Revista Nodo**, 14(28), pp. 41-57, 2020.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa - Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FRANCO, M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In: BUENO, W. et al (orgs.). **Tem saída?** Ensaio crítico sobre o Brasil. Editora Zouk. 2017.

KITCHIN, R.; DOGE, M. Rethinking maps. **Progress in Human Geography**. 31(3): 331-344, 2007.

KLEBA, M.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc**, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

LENCIONI, S. Estado de São Paulo: lugar de concentração da inovação e da intensidade tecnológica da indústria brasileira. In: SPOSITO, E. (Org). **O novo mapa da indústria no início do século XXI: diferentes paradigmas para a leitura das dinâmicas territoriais do estado de São Paulo**. Editora Unesp. 2015. 661 p.

_____. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GeoUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n 24. pp. 109-123. 2008.

LÉVY, J. Anamorphose. In: LÉVY, J.; LUSSAULT, M. (Orgs.). **Dictionnaire de la Géographie et de L’Espace des sociétés**. Paris: Belin, p.74. 2003.

MASSEY, D. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Spatial divisions of labour: Social structures and the geography of production**. Oxford: Macmillan. 1984.

MOYSÉS, M; RIZZATTI, H. A urbanização de Campinas-SP e os recentes conflitos urbanos na região do Jardim Campo Belo. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 7, n.1, 2017.

PRZYBYSZ, J. Espacios públicos, género y diversidad: Geografías para unas ciudades inclusivas. Resenha. RAMON, M.; GUITART, A; FERRET, M.; 279 p. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 1, p. 174 - 177, 2016.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Consejo Latinoamericano de Ciencias sociales. 2005.

ROSSETTO, M. Violência contra as mulheres e instituições públicas em Campinas - SP: O paradoxo entre a lógica espacial masculina e a experiência feminina. **Revista Da ANPEGE**, 17(32), 367–385, 2021.

SAFFIOTI, H. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. 2001.

SISNOV – Sistema de Notificação de Violência em Campinas. Boletim SISNOV n° 5. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim5.html> Acesso em: 04/11/2018.

_____. Boletim SISNOV n° 6. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim6.html>. Acesso em: 04/11/2018.

_____. Boletim SISNOV n° 7. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim7.html> . Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV n° 8. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim8.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022

_____. Boletim SISNOV n° 9. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim9.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV nº 10. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim10.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV nº 11. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim11.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV nº 12. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n12_2018. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV nº 13. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n13_2019. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV nº 14. Disponível em: http://www.saude.campinas.sp.gov.br/saude/biblioteca/boletins/sisnov/Boletim_SISNOV_n14_2019. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

_____. Boletim SISNOV nº 15. Disponível em: <http://sisnov.campinas.sp.gov.br/boletim15.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2022.

TAVARES, R. **Indiferença à diferença:** espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

VARGAS, V. Espacio público, seguridad ciudadana y violencia de género: reflexiones a partir de un proceso de debate (2006-2007). **Cuadernos de Diálogos Brasília**, DF: UNIFEM, 2008. 75 p. (1).

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que financiou a pesquisa que possibilitou esse artigo.